



Proletários de todos os países: Uni-vos



VANGUARDA VERMELHA



Jornal teórico da U.C.(m-l)

Nº 2

Agosto 1974

preço 2\$50

SUMARIO

- EDITORIAL
- ~~MOVIMENTO OPERÁRIO~~
- ~~TEXTOS DE ALGUNS OPERÁRIOS~~
- CUNHAL E O M.C.I.
- "UNITARISTAS" DE NOVO

EDITORIALLUZ VERDE PARA A FASCIZAÇÃO E O
NEO-COLONIALISMO!

Um grande alarido tem feito a imprensa burguesa e revisionista acerca do surgimento deste segundo governo provisório, bem como sobre a declaração neo colonialista de 27 de Julho feita por Spínola. Esta orquestrada campanha de todos os partidos reaccionários tem por fim fazer-nos acreditar que a crise governamental surgida em Julho foi solucionada de acordo com os interesses das massas populares, e que a declaração de 27 de Julho é mais uma confirmação pública do agora tão apregoado espírito "anti colonialista" da burguesia portuguesa. Trata-se de duas grandes mentiras, destinadas a ganhar o apoio das massas trabalhadoras para os intuitos do grande capital. E esta campanha reaccionária poderá surtir algum efeito, na medida em que o nível político das massas populares é baixíssimo, o que as leva, de momento, a serem incapazes de distinguir o trigo do joio, e na medida em que o partido revisionista do renegado Cunhal, o qual tem implantação no seu seio e se diz "comunista", secunda a campanha da alta finança, ajudando a inclucar nas massas as ilusões e patranhas que à burguesia interessa. Em virtude da inexistência de um PC marxista-elninista não poderemos acalentar grandes triunfalismos de que conseguiremos alterar significativamente o nível político das massas trabalhadoras, de que conseguiremos desencadear uma ampla campanha ideológica junto das massas contra as preigosas ilusões difundidas pela propaganda burguesa e revisionista. Mas devemos esforçar-nos por atingir a vanguarda espontânea da classe, por a educar e organizar politicamente, fazendo-a compreender a natureza do actual governo, fazendo-a participar nas irupções espontâneas de protesto político, onde urge enquadrar sob justas palavras de ordem as camadas mais combativas da classe.

O que esteve por detrás da recomposição governamental de Julho é algo que a propaganda revisionista tenta ocultar diante das massas. E isto apesar dos reaccionários mais descarados não terem qualquer reboço em declarar, alto e bom som, que a crise se teria de dar, na medida em que o governo provisório chefiado por Palma Carlos, se vira incapaz de fazer face à poderosa vaga grevista, de andargápido no processo da chamada "descolonização", de pôr cobro ao despertar das lutas intestinas entre as variadas camadas da burguesia, cavadas por profundas contradições económicas. Bradava a burguesia contra a "fraqueza" do governo de Palma Carlos. De encontro à resolução destes problemas, encenou-se a demissão do ministério de Palma Carlos, e abriu-se a crise de Julho, a qual permitiu que os militares viessem à boca da cena, abandonando os bastidores, em que até ali tinham permanecido. Estes militares foram alcandorados ao governo provisório como "salvadores da crise", como tendo, de novo, legado a cabo mais um "25 de Abril", afastando uma intentona da reacção mais negra. Pretende-se, assim, in fundir nas massas trabalhadoras a ilusão de que o aparecimento dos militares à boca do palco, foi feito para salvar a democracia, para melhor levar a cabo o processo de democratização e descolonização.

A LUTA CONTRA A ASCENSÃO DO
FASCISMO

Todos os partidos reaccionários se irmanaram nessa campanha

de alcandorar os coronéis e os capitães do MFA como "apolíticos", como garantias da salvaguarda da democracia. O Partido do dr. Cunhal um dos partidos da coligação governamental, que se pretende "comunista" e portanto defensor das massas trabalhadoras, é o primeiro a ver na entrada dos 8 militares para o palco, a salvaguarda da democracia face às intentonas fascistas. E pretendendo até apagar o claro significado do ladrido reaccionário de "pôr cobro à anarquia das ruas e nas fábricas", esse partido de renegados oculta diante das massas o facto de que os 8 militares subiram ao palco não para distribuir cravos vermelhos ao povo, mas justamente para instaurar a "ordem e o trabalho" nas ruas e nas fábricas.

Face à impetuosidade do movimento grevista e face à incapacidade do partido revisionista, da Inter Sindical amarela e do ministério de Avelino Gonçalves de oliquidarem, por meio da demagogia trabalhista, das ameaças, provocações, agressões e manobras divisionistas no seio das massas, ou ainda por meio do aparato das manifestações e comícios contra as massas em luta, a burguesia viu-se na necessidade de não confiar a instauração da "paz social" unicamente nas mãos do partido de Cunhal, tal como se viu na situação de não usar apenas a demagogia trabalhista, mas lançar mão da repressão directa.

E, assim, a par da demagogia trabalhista, e para isso lá estão os bons serviços do renegado Cunhal coadjuvando o militar do ministério do trabalho, e da Inter Sindical amarela, é pôr cobro à "anarquia" e ao "caos", por meio do terrorismo burguês, a tarefa essencial deste segundo governo. E tudo isto feito em nome da salvaguarda da democracia!!! Desta democracia prostituída, deste governo de carneiros e traidores, dispostos a espezinharem os mais elementares direitos democráticos, abrindo caminho à fascização de novo da nossa sociedade. Não é coisa do acaso, o facto de que três dos ministérios mais importantes, na conjuntura actual, - o da administração interna, o do trabalho, e da comunicação social -, os quais centram a sua actividade na repressão sobre a acção política, sindical e propagandística das forças do progresso social, estão na mão de militares. Estes não estão lá para garantir direitos democráticos para as massas, mas para as reprimir, para lhes coartar esses direitos mais elementares. E a sua actuação prática dos próximos meses o saberá comprovar bastamente. Já o começámos a ver e sentir na repressão à imprensa progressista, nas acções do Comando Operacional do Continente contra manifestações de massas, e ainda há poucos dias os crimes e arbitrariedades contra os manifestantes frente à Penitenciária de Lisboa, e na noite sangrenta de 14 de Agosto no Rossio em Lisboa. E continuaremos a verificá-lo nas prerrogativas arrogantes dadas à Inter Sindical amarela para que esta possa amordaçar todo o movimento de classe, na impunidade aos fascistas e sociais fascistas que como bandos de criminosos actuam contra as massas, nas operações do COPCON, na libertação dos criminosos das PIDE e outras organizações fascistas, nas futuras leis acerca das greves, sindicatos e partidos, na prisão de militantes revolucionários, nas leis coercivas de encarceramento do custo de vida, no desemprego em massa... Esta é a "aurora da liberdade" em que os carneiros e os traidores tanto falam!

Ao contrário das ilusões difundidas pelos revisionistas de que os militares apareceram à boca da cena para garantir a salvaguarda dos direitos democráticos mais elementares, é preciso alertar as massas para o facto de que aqueles estão no governo provisório para espezinhar a democracia, para prostituir ainda mais esta pôdre liberdade burguesa, saída do "25 de Abril".

VANGUARDA VERMELHA

Os militares não apareceram à boca do palco no governo provisório para rechaçar uma conjura do fascismo, mas sim para serem a garantia do seguro caminho para a fascização. Esta pôdre democracia burguesa saída do " 25 de Abril " continha dentro de si os germens do fascismo, e mais do que nunca em situação de tensão na arena da luta de classes, cabe aos militares, rodeados da auréola angelical de " apolíticos " e ao " serviço da pátria ", desempenharem o papel abertamente fascizante. JÁ FOI ESTA A VIA DO 28 DE MAIO DE 1926! Além do mais, é preciso não esquecer que esta nossa singular democracia teve um parto muito especial. Saída de um pronunciamento militar, encabeçado por generalotes e capitães do exército fascista-colonialista, esta nossa democracia tomou desde o início um cunho de ditadura militar, ditadura essa até à crise de Julho encoberta com a roupagem de um governo provisório de democratas civis. Com a crise de Julho, os militares abandonaram os bastidores, e vêm à boca da cena, fazer falar os intentos militaristas da nova clique no poder. A ditadura militar saída do pronunciamento militar do " 25 de Abril " abandona, cada vez mais, o seu democratismo das primeiras horas. Só loucos ou traidores poderão esquecer que o EXÉRCITO BURGUESES É O PILAR ESSÊNCIAL da ditadura da burguesia, e que é ele que é chamado a desempenhar essa missão de salvaguarda, em todas as circunstâncias de crise.

E, em Portugal, no momento presente, facilmente o desempenharão na medida em que a campanha reaccionária os tem apresentado como os "salvadores do povo". Tal auréola vem-lhes do " 25 de Abril ", que ainda está bastante fresco junto das largas massas. São os militares do MFA os mais indicados para reprimir, na medida em que mais do que os partidos burgueses, podem encontrar o apoio momentâneo e inconsciente de certos sectores das massas, ainda intoxicados da propaganda burguesa e revisionista. Além do mais, o novo governo saberá usar uma tática repressiva, suficientemente selectiva, inteligente e estudada, não investindo desabridamente sobre as massas, mas golpeando alguns dos seus sectores, quando o momento se oferece oportuno. E entre esses sectores estarão todos os revolucionários e progressistas, os quais se encontram ainda fracamente ligados às massas, bem como estarão todas as lutas de trabalhadores que estiverem relativamente isoladas da classe ou da população. O novo governo procurará, ainda, encontrar no fim das guerras coloniais uma fonte de crédito suplementar junto das massas.

Eis as circunstâncias em que se deu a crise de Julho, eis as perspectivas que nos garante o novo governo. É preciso ntranhar nas camadas mais avançadas do proletariado e das massas, que os coronéis e capitães do " 25 de Abril ", que os " homens do progresso, da esperança e das cravos vermelhos", são os carniceiros de hoje. É preciso não esquecer as palavras de Costa Gomes aos comandos do COPCON: " A manutenção da paz será grantida, e a ordem e o trabalho voltarão à nossa terra ". E como os propósitos terroristas dos novos caixeiros se procuram embelezar com o palavriado e as cores democráticas, o partido de Cunhal toma tudo isso pela " institucionalização de reais e amplas liberdades e direitos dos cidadãos ", e nessa medida " defenderá " o respeito pela leis e a interdição das ilegalidades" (da entrevista de Cunhal ao " Avante!").

ABAIXO OS CARNICEIROS DO GOVERNO!
O FASCISMO NÃO PASSARÁ!

Destes três últimos meses urge retirar algumas importantes lições para o movimento operário e para a sua vanguarda. Eles mostram a actualidade e justeza da célebre frase de Marx de que a BURGUESIA SÓ CONSENTE AO PROLETARIADO UMA ÚNICA USURPAÇÃO, A CONQUISTADA PELA LUTA, e assim este não deve deixar-se iludir pelas promessas vindas daquelas proveniências. Além disso, deve-se compreender que não existe uma oposição frontal entre a democracia burguesa e o fascismo, que nada garante que feito o pronunciamento do " 25 de Abril " o fascismo não voltará. São os revisionistas que difundem a ilusão de que a " ditadura fascista acabou e não volta ", criando assim uma muralha artificial entre a democracia burguesa e o fascismo, como se estas não fossem duas faces da mesma moeda, duas formas da ditadura da burguesia. Assim, encobrem o carácter reaccionário de ambas as formas, constroem uma redoma de vidro para a pureza da democracia, encobrem que no seio desta germina o fascismo, o qual brotará sempre que a agudização da luta de classes o exigir. Desta forma, desarmam as massas para a vigilância em relação ao retorno do fascismo. O partido revisionista divulgando esta ilusão da intangibilidade da democracia, vem criando a ideia de que o retorno do fascismo só será possível se o partido sair da coligação e se as massas abandonarem o seu comportamento ordeiro. Assim, o partido revisionista faz abertamente o jogo da fascização, como o vemos hoje batendo palmas a cada nova arbitrariedade do governo. Assim, compreendemos também que não existe uma oposição frontal entre o revisionismo e o fascismo, compreendemos que aquele pode ser um agente activo do ascenso deste. E assim hoje verificamos o acentuar de todos os métodos repressivos da burguesia sobre os trabalhadores, ao mesmo tempo que o partido revisionista jura ter fé no caminho da paz e da democracia! A pseudo luta " contra a reacção " e " contra o fascismo ", levada a cabo pelo partido revisionista e pelo partido de Soares, não é mais do que impedir as massas de se movimentarem, pois seria nessa movimentação, dizem eles, que estaria o perigo de atizar o fascismo, ou então não é mais do que ganhar das massas o apoio para o candidato B contra o candidato A, que há-de melhor servir os interesses dos financeiros, latifundiários e rocemros.

Nestas circunstâncias, a democracia dos capitães e coronéis, a social democracia e o revisionismo chocam alegremente o ovo donde há-de brutar amanhã o crocodilo fascista.

ABAIXO A TRAIÇÃO REVISIONISTA!
AVANTE NA LUTA DE CLASSES!

AS DIRECÇÕES ESSÊNCIAIS DE LUTA

A luta actual do proletariado e das amplas massas trabalhadoras, bem como as tarefas primordiais da sua vanguarda consciente e organizada de classe, devem centrar-se em três direcções essenciais de luta.

A PRIMEIRA DIRECÇÃO ESSÊNCIAL DE LUTA, do momento presente, é barrar o desenvolvimento em curso da contra-ofensiva do capital, a qual vem aumentando a fome, o custo de vida e o desemprego, vem amordaçando o movimento sindical dos trabalhadores e intensificando a repressão sobre os activistas. Isto exige que se trabalhe rápido na organização livre dos trabalhadores, e na consciencialização e organização da vanguarda espontânea do proletariado. A inserção

das organizações que se reivindicam do marxismo-leninismo e da reconstrução do PC, no movimento do operariado, e o alargamento da vanguarda consciente e organizada do proletariado, são as tarefas em que devemos continuar a centrar o principal dos nossos esforços.

A SEGUNDA DIRECÇÃO ESSENCIAL DE LUTA é iniciar a participação política das camadas mais combativas do nosso corajoso proletariado na movimentação política que hoje brota espontaneamente contra os carneiros do governo, contra o ascenso do fascismo. É dar essa participação um cunho educativo que faça ver à classe de vanguarda que barrar o passo à fascização passa por golpear directamente os actos dos carneiros do governo, passa por combater a campanha abstracta e enganadora dos revisionistas " contra a reacção ", passa por criticar as posições direitistas dos radicais pequeno burgueses que apenas apelam para a vigilância em relação aos " excessos " do governo provisório. E através dessa educação prática, a classe de vanguarda será capaz de enquadrar todas as manifestações políticas que hoje irrompe rem.

Hoje, a nossa conduta revolucionária de militantes da causa do proletariado, deve colocar-se no reforço do militantismo e do engajamento nos combates políticos que hoje brotam. Devemos mobilizar todos os escalões da nossa organização, todos os simpatizantes, bem como as camadas mais combativas das nossas fábricas e empresas, no alargamento da propaganda e agitação políticas contra o governo provisório e contra o ascenso do fascismo, devemos alargar a nossa participação nos combates de rua. Em relação a esta segunda direcção de luta, a UC(M-L) tem de auto criticar-se por a ter vindo a descurar, caindo no exclusivismo sindicalista e no ultra defensismo no plano organizativo.

Nós criticamos os " massistas " pequeno-burgueses, não porque estes apelem ao engajamento na luta política, mas porque estes descuram como tarefa fundamental a inserção na vanguarda espontânea da classe a partir, sobretudo, do movimento espontâneo da classe operária, e porque estes julgam " dirigir " o movimento de massas só porque mobilizam as suas escassas dezenas de militantes para as acções de rua.

A TERCEIRA DIRECÇÃO ESSENCIAL DE LUTA, é a luta contra o colonialismo, o neo colonialismo e o imperialismo; direcção de luta que é parte integrante do combate contra a pôdre democracia, contra os carnicedros e roceiros do governo.

CONTRA A FOME E O DESEMPREGO!
CONTRA O ASCENSO DO FASCISMO!
CONTRA O COLONIALISMO E O NEO COLONIALISMO!

A LUTA CONTRA O COLONIALISMO

Parte importante desta luta encontra-se no reforço da propaganda anti colonialista, desmascarando o alegado " anti colonialismo " da ditadura militar saída do " 25 de Abril ", e a particular missão de " apressar a descolonização " do actual governo provisório. Para dar crédito a tudo isto, a reacção tem elevado ao cume o discurso de Spínola no dia 27 de Julho, no qual este reconhece o direito à independência das colónias. E, também, neste campo, o Partido revisionista tem ajudado a encobrir o significa-

do neo colonialista do discurso de Spínola, bem como os factos que estiveram na origem desta capitulação aberta do governo burguês diante das justas exigências dos heróicos movimentos de libertação das colónias. A fanfarronada burguesa e revisionista pretende mostrar o discurso de Spínola como um marco histórico da pretensa disposição actual da burguesia em descolonizar, e sendo assim a declaração de reconhecimento do direito à independência dos povos das colónias não passaria de uma dádiva do bom coração "anti-colonialista" dos banqueiros, industriais e roceiros. O "Avante!" tão bem como qualquer jornal da reacção exclamava eufóricamente:

" Na vida dos povos há momentos que condicionam todo o seu destino nacional. São viragens históricas, das que ficam assinaladas a fogo no activo exaltante de uma geração, e passam a constituir motivo de orgulho para as gerações vindouras. E há, também, os homens corajosos (glosa poética sem par aos generalotes, nota nos sa), os que em postos de responsabilidade foram capazes de compreender, com visão superior, o sentido da história, e souberam na altura própria interpretar as aspirações mais profundas e os interesses dos seus povos, pronunciando as palavras necessárias"!!! (Do Editorial do número especial de 29 de Julho do "Avante!")

O que os generalotes " corajosos " compreenderam " com visão superior " foi que " o sentido da história " do colonialismo remava na via da sua derrocada total, a breve prazo, face à vitoriosa luta revolucionária de libertação dos povos das colónias. Essa " compreensão " não lhes advém de qualquer " visão superior " de deuses, mas da prática concreta de treze anos de derrotas em África, tanto nos campos de batalha, como no plano político e diplomático. É esta " compreensão " que os leva hoje à capitulação diante das exigências dos movimentos de libertação. O "Avante!" e o Partido revisionista na boca dos seus daerentes pretendem ocultar estas clara capitulação e confissão pública da derrota da burguesia nas colónias. Afirmam triunfalmente, secundando o campo reacçãoário, os roceiros e os banqueiros da rua do Ouro, que a declaração de Spínola foi " uma grande vitória para o MFA, cujo papel foi decisivo para a solução do problema " (entrevista de Cunhal ao "Avante" nº13). Daqui pretende Cunhal transformar a burguesia portuguesa (no caso representada pelo MFA) no AGENTE DECISIVO da independência das colónias, roubando este papel à heróica luta de libertação dos povos das colónias e aos seus organismos dirigentes. Assim, os revisionistas levam a cabo uma afronta aos movimentos de libertação, enlameiam o seu tão apregoada " internacionalismo proletário ", e pretendem convencer as massas trabalhadoras portuguesas de que a declaração de Spínola não é mais do que uma dádiva, dádiva sem a qual jamais os povos das colónias poderiam alcançar a liberdade, a paz, e a independência. Assim, difundindo esta ignominiosa patranha os revisionistas aumentam o crédito dos generalotes roceiros junto das massas, e não popularizam junto destas a grande lição revolucionária dada pelos povos das colónias: a liberdade, a independência e a paz só se conquistam, arrancando-as à burguesia colonialista pelas armas, pela luta revolucionária. Ocultando esta verdade revolucionária, os revisionistas difundem o princípio capitulacionista e traidor de que as coisas só se conquistam se a burguesia as quiser dar como bônus, como oferta!

Mas apesar desta capitulação, a burguesia roceira não desarma, não para de manobrar, intrigar e provocar para manter o maior quinhão possível na exploração das colónias.

Para estes desejos da burguesia, também o partido do sr. Cunhal não alerta as massas. Esses ensejos em relação às colónias traduzem-se nos esforços concretos para tentar marchar pela via neo colonialista, pela via imperialista da exploração e opressão sobre os povos africanos segundo outros métodos.

Quem leia, com um mínimo de atenção o discurso de Spínola, poderá justamente descortinar os traços gerais dessas ambições actuais da burguesia portuguesa. Nada se perde, pois, em ver de perto o discurso do generalote. De mistura com frases que vêm da propaganda salazarista, como "o povo português de aquém e além mar" e "os nossos territórios ultramarinos" e outras, o generalote começa por encobrir a tradição histórica colonialista da burguesia portuguesa. Isso já no tempo do fascismo-salazarista se fazia, procurando então convencer-nos de que a colonização secular fôra uma "cruzada santa" de "evangelização dos indígenas", uma obra magna da "civilização lusíada"... Agora, Spínola atribuiu a colonização ao espírito de aventura, "emigratório" do povo português. Essa "emigração" secular nada teria a ver, é claro, com a pilhagem colonial, com a dominação sanguinária dos povos de África, pois não somos nós "um povo pacífico" que jamais teve "vocaçãõ imperialista"?

Numa coisa o generalote foge a boca para a verdade. O povo português, as massas trabalhadoras do nosso país, de facto, jamais encontraram como suas aspirações de fundo a rapina colonial, o saque de outros povos; elas têm-se manifestado pela Paz e pelo fim do colonialismo. Mas bem sabemos que quando o generalote fala em "povo", refere-se à sua classe, à burguesia, aos roceiros, banqueiros, industriais e latifundiários que o sustentam, e é a esta que quer atribuir o espírito "pacífico" e a vocação "anti imperialista"...

Assim, a acreditar em Spínola jamais a burguesia teria tido alguma coisa a ver com o colonialismo em África, pois a sua "tradição histórica" nesse campo "estaria ligada a uma política ultramarina legitimada pelo consenso moral". Essa tradição, apenas, teria sido interrompida durante a negra noite de 48 anos do fascismo salazarista. Assim, os novos caixeiros nopoder, tal como já o fizeram os revisionistas de Cunhal, transformam o colonialismo numa tara específica do fascismo salazarista. Foi o fascismo, no dizer de Spínola, que levou "à fatalidade histórica de nos termos desviado" desse curso heróico do mundo lusíada, atribuído à autoria dos roceiros do século XIX e da república de 1910-1926!

Assim, Spínola pretendendo abjurar essa tara que seria própria do fascismo salazarista, declara na linha do mais puro "humanismo lusíada", que chegou a hora de reconhecer "o direito dos povos dos territórios ultramarinos portugueses à auto determinação, incluindo o imediato conhecimento do seu direito à independência", sobretudo junto das "populações dos territórios ultramarinos reconhecidamente aptos para o efeito".

Daqui logo aplaudiu o "Avante!": "O passo fundamental foi dado. O obstáculo maior que entravava o processo de negociações com os legítimos representantes daqueles povos irmãos africanos foi removido". O paleio do "Avante!" visa colocar uma venda nos nossos olhos. Que significa de facto a declaração de Spínola àcerca do reconhecimento do direito à independência?

A acreditarmos no "Avante!" seria mais um facto concreto fruto do bom coração "humanista" e da clarividência dos roceiros e banqueiros da R^ua do Ouro. Mas, o P.P.D., partido ressuscitado do seio dos fascistas, que agora se pinta com as cores "democráticas", e que os revisionistas acolhem de braços abertos nos seus movimentos democráticos, disse abertamente que tal declaração era a "VIA POLÍTICA ÚNICA" que restava à burguesia se queria prosseguir negociações com os movimentos de libertação. De facto, tal como foi obrigada a sentar-se à mesa das negociações, também agora a burguesia se viu obrigada a remover outro "obstáculo"; o "obstáculo" levantado durante algumas semanas pelos roceiros de que apenas reconheceriam a "auto determinação no seio de uma comunidade lusíada". Mas diante da firmeza dos movimentos de libertação, que exigiam para a continuação das negociações o reconhecimento formal do direito à independência nacional, Mário Soares e os roceiros seus patrões abdicaram, e não tiveram outra saída.

E esse tão apregoado coração generoso dos roceiros mais fica a nú, quando compreendemos que o seu espírito "descolonizador" só se dirige aos povos das colónias "reconhecidamente aptos para o efeito", isto é, só se dirige àqueles povos (Guiné, Angola e Moçambique), cuja luta revolucionária armada arrancou aos roceiros e banqueiros de Lisboa o direito à independência, à liberdade e à paz. Mário Soares declarou já que onde há "ausência de guerras" (referia-se a Cabo Verde, S. Tomé, Timor), o problema do direito à independência se colocava noutra plano de ideias. Quanto a esses casos, os roceiros e Soares pretendem entregar o caso à voracidade dos lobos imperialistas da NATO e da ONU. E, também, o traidor Cunhal afirma em relação a essas colónias que o caminho de descolonização é "um processo muito complexo, e com caminhos e métodos diferenciados" (entrevista de Cunhal ao "Avante!" nº 13).

E, além disto, nós não devemos silenciar, um momento sequer, que a declaração de Spínola encobre desajeitadamente os ensejos neo colonialistas, bem como a pesar de todo esse paleio "descolonizador" urge não esquecer que A GUERRA CONTINUA (e Vasco Gonçalves na sua "conversa em família" garantin-nos que sim!), que a INDEPENDÊNCIA IMEDIATA AINDA NÃO FOI CONCEDIDA a Angola, Moçambique e demais colónias, e que a República da Guiné Bissau e a unidade dela com Cabo Verde ainda não foi reconhecida oficialmente.

À histeria de "fim de guerra e do colonialismo" lançada pelos revisionistas logo após a declaração de Spínola, nós devemos manter de pé a vigilância e as exigências revolucionárias das massas de

FIM IMEDIATO ÀS GUERRAS COLONIAIS!

INDEPENDÊNCIA IMEDIATA, TOTAL E INCONDICIONAL PARA TODAS AS COLÓNIAS!

RECONHECIMENTO OFICIAL DA REP. DA GUINÉ BISSAU E CABO VERDE!

E mesmo que essas promessas sejam cumpridas pelos roceiros, em virtude da vigilância revolucionária dos povos das colónias e das massas trabalhadoras portuguesas, nós devemos, desde já, denunciar os planos de rapina neo colonialistas que os roceiros de Lisboa vêm urdindo há meses, e de que o discurso de Spínola é uma primeira aparição pública. E, ao mesmo tempo que Spínola declara que urge "acelerar o início do processo formal de descolonização", não deixa de acautelar que isso deve ser feito "sem

prejuízo do natural processamento no plano prático das nossas responsabilidades de apoio técnico, económico e financeiro". Cobrindo-se com o manto inocente da "amizade", Spínola declara que a burguesia "não enjeitará em relação a esses novos países as suas responsabilidades; dar-lhes-emos, na medida das nossas posses, todo o apoio que carecem". Quando a burguesia colonialista fala de "apoio", de assumir as "suas responsabilidades", bem se sabe o que isso quer dizer na sua bôca: tentarão a todo o custo, agora por outros métodos, e usando a demagogia paternalista imperialista, manter uma parte considerável da rapina colonial. Esses novos métodos fazem parte das formas de penetração imperialista, que como Lenine diagnosticou usam o crédito, as "oferendas", e o investimento de capitais, como suas armas capitais, as quais assegurarão a dominação económica, e por via disso a política.

Justamente porque tentarão prosseguir agora por essa via, os roceiros garantem pela bôca de Spínola que a "quantos sonham honestamente com uma África lusa, dirijo uma palavra de confiança nas novas prespectivas que se abrem".

E como parte integrante destas "novas prespectivas", os roceiros de Lisboa tentam separar Cabo Verde da Guiné, defendem abertamente os massacres de Luanda perpetrados por colonos racistas, intrigam e conluem-se com os provocadores da UNITA, movimentam o bloco agressivo da NATO em seu apoio, procuram os bons officios dos lobos imperialistas e social imperialistas da ONU, e assim numa roda viva andam os caixeiros viajantes de Lisboa, Soares, Almeida Santos e eiga Simão,...

E quando os progressistas portugueses denunciam amplamente os intuitos neo colonialistas do governo, aplicam-lhes a lei da rolha e encarceram-nos, diante dos aplausos do partido de Cunhal.

E quando os revolucionários portugueses saiem à rua ombro a ombro com os revolucionários africanos, esperam-nos os cacetes e as balas da policia, como aconteceu na noite sangrenta de 14 para 15 de Agosto no Rossio. E, também, neste caso como nos demais, o partido de Cunhal salta em defesa da burguesia carniceira, e mete as responsabilidades nos "esquerdistas".

Assim, cabe-nos dar maior importância à nossa terceira direcção de luta; meter mais activismo e engajamento na luta; ampliar a propaganda e agitação políticas nas fábricas e empresas onde estamos.

Todas essas três direcções de luta essenciais, para serem levadas à prática exigem que reforçemos o nível político da consciência da vanguarda, que ampliemos a sua organização num destacamento comunista, em suma, que trilhemos ainda mais decididamente o caminho da reconstrução do Partido Comunista.

AVANTE NA LUTA DE CLASSES!
VIVA A CLASSE OPERÁRIA!
ABAIXO O REVISIONISMO!
EM FRENTE PELA CRIAÇÃO DO PARTIDO!

Agosto 1974
A Comissão Política da
UC (M-L)

O Partido do dr. Cunhal face ao Movimento Comunista Internacional

Os revisionistas do partido de Barreirinhas Cunhal pretendem hoje ocultar quais têm sido as suas posições desde sempre face ao movimento comunista internacional. Sobretudo preocupam-se em não divulgar as posições da camarilha revisionista do partido, desde que em 1956 os krutchevistas iniciaram as suas actividades revisionistas e desagregadoras no seio do movimento comunista e operário internacional. Os revisionistas cunhalistas, desde a primeira hora, que se colocaram do lado dos krutchevistas e de mais revisionistas contemporâneos, no ataque ao marxismo-leninismo, a Estáline e à ditadura do proletariado, nas calúnias torpes aos Partidos Comunistas que se mantiveram fiéis ao legado de Marx, Engels, Lenine e Estáline, sobretudo ao Partido Comunista da China, e na actividade revisionista e desagregadora no seio do movimento.

Hoje, vamos aqui divulgar um informe, deveras revelador, de Cunhal a uma reunião do CC do chamado "PCP", de Agosto de 1963, intitulado "A Situação no Movimento Comunista Internacional", documento que as edições "Avante" se têm preocupado em manter afastado do conhecimento público.

Logo abrir o seu informe, esclarece Cunhal o seu objectivo. "A situação do movimento comunista internacional tem evoluído de uma forma desfavorável. A unidade é precária e existe o real perigo de uma cisão. A razão fundamental desta situação é a seguinte. O Partido Comunista da China está em desacordo com a Linha Geral do Movimento comunista internacional adoptada unânimemente nas Conferências de Moscovo de 1957 e 1960, combate violentamente essa linha, não a segue na sua acção política, e leva a cabo uma actividade revisionista. Daí a origem das dificuldades." O ataque ao Partido Comunista da China é evidente. Os revisionistas aldrabam sem pudor algum o que se passou nos inícios da década de 1960, em que o Partido do Trabalho da Albânia e o Partido Comunista da China encabeçaram a luta contra o revisionismo krutchevista, o qual pretendia impôr as suas concepções ao Movimento Comunista Internacional. Os partidos fiéis ao marxismo-leninismo não atacavam as plataformas das Conferências de 1957 e 1960, mas sim as suas deformações revisionistas, então, propagadas.

E Cunhal expõe qual tem sido a posição do seu partido. "O PCP tem mantido, em todo o debate, uma posição consequente. Quando em 1960, o P.C. da China publicou e distribuiu por todo o mundo um folheto "Viva o Leninismo", em que combatia a orientação comum adoptada em 1957 (falso, nota nossa), a Comissão Política do nosso Partido publicou um documento intitulado "3 Problemas da actualidade", em que refutava as teses fundamentais dos camaradas chineses." E mais adiante: "As divergências ideológicas são, cada vez mais profundas, e a actuação política concreta dos dirigentes da P. C. da China é hoje abertamente contrária e hostil à do movimento comunista internacional... Daí a necessidade de considerarmos os aspectos fundamentais da situação, definirmos publicamente a posição do nosso Partido, e procurarmos dar uma contribuição para uma tarefa central que hoje se coloca ante todos os partidos irmãos: o restabelecimento da unidade do

movimento comunista internacional".

Pois, passemos em revista as principais posições revisionistas claramente defendidas por Cunhal no informe.

O CAMINHO PACÍFICO PARA O SOCIALISMO E PARA A LIBERTAÇÃO NACIONAL

Fiéis ao seu princípio capitulacionista e traidor de que onde há uma faísca de luta revolucionária é preciso apagá-la, os bombeiros revisionistas inventaram a "teoria" de que é possível o proletariado e as massas populares alcançarem o socialismo sem ser pela via da revolução de Outubro, tal como é possível aos povos oprimidos alcançarem a libertação do imperialismo sem ser pela via da luta revolucionária seguida pelos heróicos povos da Indochina, das colónias portuguesas, da Palestina, da América Latina, e há já alguns anos pelo povo chinês e o povo albanês. Assim, desde o 20º Congresso do PCUS, os krutchevistas, togliatistas, cunhalistas e outros têm difundido as teses de que existe um "caminho pacífico para o socialismo", assim como para a libertação nacional do jugo imperialista. Cunhal, justamente, neste informe faz eco dessas posições.

Sob o título da "variedade dos caminhos para o socialismo", slogan que pretende negar a essência da revolução socialista de Outubro de 1917 na Rússia, Cunhal afirma:

"Entretanto, as formas de passagem do capitalismo para o socialismo não são necessariamente idênticas em vários países. Elas dependem, por um lado, da conjuntura internacional, e por outro lado, em cada país, do grau de desenvolvimento do capitalismo, do tipo de estado da burguesia, da intensidade da ^{sua} resistência ao ascenso do movimento revolucionário, da correlação das forças das várias classes sociais, do sistema de alianças, da maturidade política e da organização da classe operária e da sua vanguarda. ... Isto porque há partidos que entendem não existir nos seus países uma situação revolucionária, que entendem ser a direcção tática fundamental o aproveitamento das possibilidades constitucionais e legais, e que nas condições existentes procuram um caminho para o socialismo, sem insurreição armada, nem guerra civil. ... E se no princípio do século, as possibilidades do caminho pacífico eram "raras", elas tornar-se-ão mais frequentes, na medida em que a balança das forças mundiais se for de equilibrando a favor do socialismo."

Em relação a Portugal, Álvaro Cunhal tem tentado convencer os seus aderentes e simpatizantes de que o "caminho pacífico" não se aplicaria, de momento, isto porque se trataria de uma ditadura burguesa terrorista, fascista.

"Estudando as condições políticas existentes em Portugal considerando que o estado fascista é um estado centralizado e fortemente militarista, verificandova completa ausência de liberdades e que o governo emprega a violência e o terror para dominar as mais modestas reclamações populares, o nosso Partido conclui que a via que se oferece para instaurar um regime democrático é uma via não pacífica, é uma insurreição popular."

E Cunhal esclarece, não o vão entender mal os seus confrades internacionais: "Contraria esta nossa orientação a Linha geral do movimento (revisionista)...? Contraria ela as teses aprovadas pelo 20º Congº do PCUS? De nenhuma forma. Em, primeiro lugar, o problema da passagem de uma ditadura fascista para uma democracia

burguesa é um problema diverso do problema da passagem do capitalismo para o socialismo em países de democracia burguesa". Donde concluímos que o fascismo português não era uma forma de ditadura da burguesia, de estado capitalista, mas sim uma outra coisa qualquer. E, sendo, assim, não se colocava o problema da passagem pacífica do capitalismo ao socialismo. Então, Cunhal inventou para Portugal um tipo peculiar de revolução, a revolução "anti-monopolista" contra a ditadura fascista, a qual instauraria a democracia burguesa "anti-monopolista" por meio do "levantamento nacional", da "insurreição popular armada". Simplesmente, todos sabemos bem qual o tipo de "insurreição popular armada" defendida por Cunhal, e por ele há 10 anos esperada: o pronunciamento militar dos "militares patriotas" apoiado pelo movimento de massas pacífico, ordeiro e cívico. Foi o que se passou com o "25 de Abril". E, agora, como já estamos em democracia burguesa, então passará a ser válida inteiramente a tese revisionista do "caminho pacífico". "Uma vez instaurado um regime democrático e preenchidas determinadas condições poderão oferecer-se possibilidades de uma passagem pacífica para o socialismo". E Cunhal chegou, mesmo, a prever a rapidez dessa passagem pacífica ao socialismo, entre nós, em virtude da "proximidade" das duas etapas da revolução, a da queda da ditadura e instauração de um governo democrático, e a ^{da} instauração da "ditadura do proletariado", sem guerra civil. Tal vem bem consignado no capítulo 2 da sua "peça histórica" chamada "Radicalismo pequeno" burguês de fachada socialista", ao qual dedicaremos artigos a serem aqui publicados.

E quanto às lutas de libertação, também, Cunhal se põe a dar sentenças, quase afirmando abertamente a inutilidade do uso da violência para liquidar o jugo colonialista e imperialista. Fazendo eco da "teoria" krutchevista de que em vez da luta armada de libertação anti-imperialista, os povos e países oprimidos se devem procurar "autodeterminar" e ganhar a "independência" através da "consolidação da independência económica", graças à ajuda económica e técnica dos países revisionistas, diz o informe de Cunhal:

"A coexistência pacífica é altamente vantajosa à luta de libertação nacional. Por um lado, porque na consolidação da independência dos estados recém constituídos, representa um papel de primeiro plano, a ajuda económica e técnica do campo socialista, ajuda que está intimamente ligada aos êxitos do campo socialista na competição económica com o capitalismo nas condições da coexistência pacífica. Por outro lado, porque a coexistência pacífica dificulta as acções armadas e a presença armada do imperialismo nos países libertados ou naqueles que ainda o não foram, porque possibilita em alguns casos a conquista da independência sem a necessidade de guerras de libertação..." Sendo assim os revisionistas pensam que "o facto de uma guerra ser justa no seu conteúdo político e de classe, não significa que tenha sido iniciada nas condições aconselháveis e no momento aconselhável" !!! Esta laracha acerca da "oportunidade" ou não das guerras de libertação não é uma boa confissão da traição aberta dos revisionistas à causa da conquista da liberdade e da luta anti-imperialista? E para reforçar a ideia, acrescenta Cunhal: "Além disso, o movimento nacional libertador não se desenvolve necessariamente através de guerras ... Não só, nas presentes condições mundiais, muitos povos podem libertar-se através de outras formas de luta, como a consolidação da independência ... mas há nos mais dos casos, tanto um problema militar, mas um problema económico e político."

V A N G U A R D A V E R M E L H A

E tudo isto reforçado pelo habitual arsenal de calúnias. A sim, quando os marxistas-leninistas, com o P. C da China à cabeça desviaram o caminho da justa violência popular contra o imperialismo e o colonialismo, os revisionistas acusaram os camaradas chineses de serem " racistas " (sic) e "aventureiristas ", de quererem desencadear uma " guerra mundial exterminadora "... Vejamos as palavras de Cunhal.

" (os camaradas chineses) estimulam sentimentos racistas (!!!) contra a classe operária dos países economicamente evoluídos ... Talvez igual preocupação de prestígio e popularidade seja, também, uma das raízes da teses dos camaradas chineses, segundo a qual a principal contradição do mundo actual é entre o movimento nacional libertador e o imperialismo, e não entre o socialismo e o imperialismo, segundo a qual a principal força determinante das transformações sociais do mundo de hoje é o movimento nacional libertador da Ásia, África e América Latina, e não o campo socialista. ... Os camaradas chineses dizem estar presentemente na Ásia, África e América Latina a " zona principal das tempestades revolucionárias " ... Substituem, assim, o critério marxista de classe pelo critério das zonas geográficas e raciais (!!!). Não temos de nos envergonhar de sermos europeus e por sermos " brancos " . (!!!)". Eis como Cunhal deturpa o marxismo-leninismo e as posições dos camaradas chineses, os acusa de " racistas ", etc., etc.. Ora, já Estaline bem havia sintetizado o pensamento leninista acerca do problema. Não existe, apenas, uma só contradição principal à escala mundial, mas várias; não só a contradição entre o mundo socialista e o capitalista, mas também as contradições inter-capitalistas, as contradições entre os povos e países oprimidos e o imperialismo e o colonialismo, e entre a burguesia e o proletariado. Assim, os revisionistas são contrários ao pensamento leninista. Também, foi Lenine que afirmou que se aproximava a altura em que a " zona de tempestades ", até aqui centrado nos países capitalistas, se deslocaria para os países coloniais e semi-coloniais, tese que os camaradas chineses salientaram aquando da polémica pública com o revisionismo contemporâneo. Não se trata de um critério " geográfico " ou " racial ", mas sim da compreensão do terreno no qual o imperialismo se sente hoje mais acossado.

E como os marxistas-leninistas não vão nas ilusões difundidas pelos revisionistas, de que a natureza do imperialismo se tornou menos agressiva e mais "sensata" e apoiam militantemente as justas lutas de libertação nacional e desmascaram as ilusões pregadas pelos krutchevistas, são chamados de " aventureiros ", de " loucos que querem desencadear a guerra atômica mundial ". E diz Cunhal: " São os dirigentes do Partido Comunista da China, conforme mostram as suas opiniões e a sua actividade, que pretendem que todos os partidos adoptem uma " receita comum ", que queimem etapas da revolução, que se lancem em acções prematuras, precipitadas e aventureiristas ". Agitando o espantinho da guerra atômica e caluniando os camaradas chineses, diz Cunhal: " Quando se diz que num primeiro embate atômico morreriam 700 a 800 milhões de seres humanos, e que países inteiros ficariam destruídos, respondem (os camaradas chineses) que um " futuro magnífico " nasceria das " ruínas do imperialismo " ... " !!!

COEXISTÊNCIA PACÍFICA

Ligada a esta teoria do " caminho pacífico " estão as teses de que a natureza do imperialismo mudou, de que a coexistência

pacífica e a competição pacífica entre o socialismo e o capitalismo são a lei geral da política externa dos países socialistas. Álvaro Cunhal faz eco de tais posições krutcevistas.

" Dentro de um prazo de tempo relativamente curto, a superioridade econômica e técnica, e a resultante superioridade militar do campo socialista, será tal que o imperialismo, embora mantenha a sua natureza agressiva (afirmação descuidada de Cunhal que nada agradaria aos seus confrades!), será impossibilitado de levar por diante planos que conceba para desencadear uma guerra mundial. Desta mudança da correlação mundial de forças, o movimento comunista internacional (isto quer dizer, os revisionistas) conclui, com uma base verdadeiramente científica (!), a possibilidade de manter em respeito o imperialismo, evitar uma guerra mundial, e mesmo - antes do socialismo ter triunfado em todo o mundo -, podem as forças da Paz banir a guerra da vida internacional. ... É certo que o imperialismo não mudou a sua natureza ". Mas logo diz Cunhal: " Mas, dada a mudança da correlação de forças no mundo, existe já hoje a possibilidade de travar os planos agressivos do imperialismo, e obrigá-lo a aceitar a coexistência pacífica. ... O princípio leninista da coexistência pacífica é a linha geral da política externa da URSS e outros países socialistas, aplicada e defendida pelo M.C.I. ". E acrescenta Cunhal: " A competição econômica do socialismo com o capitalismo, nas condições de coexistência pacífica, não é um " compromisso" ou uma " capitulação", mas uma forma de luta desdida contra o imperialismo. "

CONTRA O CAMARADA ESTÁLINE

Os cunhalistas também atacam o camarada Estáline, tal como o fez Krutchev no seu relatório secreto ao 20º Congresso em que combatia " Estáline, o tirano ". Vejamos as palavras do informe de Cunhal:

" A nosso ver tais camaradas teriam razão, e segundo os princípios do centralismo democrático teriam o direito de defender as suas posições dentro do seu Partido. Dizemos " teriam ", porque na verdade não sabemos se têm ou não. Esta nossa dúvida resulta da defesa apaixonada que os dirigentes do Partido Comunista da China fazem, agora, da personalidade de Estáline, da forma como atacam as decisões históricas do 20º Congº, o qual restabeleceu a legalidade socialista (!) e as normas leninistas (!) de vida no PCUS, que abriram caminho à liquidação das consequências nefastas do culto da personalidade, e que deram uma contribuição de inapreciável valor para que os princípios do centralismo democrático sejam observados em todo o movimento comunista internacional. Não será legítimo supor que aqueles que atacam a crítica ao culto da personalidade de Estáline, aceitem o endeuçamento, a infalibilidade e a aceitação cega das opiniões dos dirigentes, a sua intangibilidade à crítica, a sobreposição autoritária da opinião individual à opinião colectiva, a falta de democracia na vida partidária, os processos administrativos e militaristas para a solução das divergências de opinião e das questões de quadros dentro do Partido? Como pode estar-se certo da aplicação dos princípios do centralismo democrático, num Partido, cujos dirigentes procuram, de facto, cobrir e defender os arbítrios e crimes cometidos ao abrigo do culto da personalidade de Estáline? "

V A N G U A R D A V E R M E L H A

O DOGMATISMO PERIGO PRINCIPAL NO
MOVIMENTO COMUNISTA

Outro dogma avançado pelos revisionistas modernos é que o perigo principal no seio do movimento comunista internacional se encontraria no esquerdismo, no sectarismo, no dogmatismo. Dessa forma, eles pretendem afastar a vigilância revolucionária prioritária em relação ao revisionismo de todos os matizes, principal inimigo do marxismo-leninismo no seio das fileiras do movimento comunista e do movimento operário de todos os países. Além disso caluniaram a justa linha de princípios do Partido Comunista da China e de mais partidos fiéis ao comunismo, de "esquerdista", inventando assim um fantasma a combater. Os revisionistas krutchevistas argumentavam, na altura, que o perigo principal vinha justamente daqueles partidos que defendiam uma política de princípios e que combatiam as tentativas dos krutchevistas de fazerem aceitar a sua Linha liquidadora do 20º Congresso do PCUS como Linha Geral do Movimento Comunista Internacional. Compreende-se, portanto, que para os krutchevistas fossem os partidos marxistas-leninistas o principal obstáculo aos seus intentos de liquidarem todo o movimento. Colocaram-nos, assim, na sua mira de fogo. Assim, os krutchevistas iniciaram o seu trabalho desagregador e cisionista, pretendendo isolar os partidos marxistas-leninistas, e intrigando no seio deles. Diz Cunhal:

" Na sua reunião de Janeiro do ano corrente (1963), o CC do nosso Partido, estudando a situação existente no M.C.I., concluiu que 'podendo em alguns partidos, o oportunismo de direita continuar a ser o perigo principal, no conjunto do M.C.I., o principal perigo da hora presente é o dogmatismo'. Esta afirmação difere, na realidade, do que se afirma na Declaração da Conferência de 1960 (eis a fidelidade dos revisionistas à declaração!, nota nossa), onde consta que o 'revisionismo continua sendo o perigo principal', embora o 'dogmatismo e o sectarismo possam tornar-se o perigo principal, nesta ou naquela etapa de desenvolvimento deste ou daquele partido'. Alguns camaradas perguntaram porque razão o nosso Partido inverteu os termos do problema e o que o autorizou a isso?". E Cunhal logo explica claramente: " A esses camaradas respondemos: o que mudou não foi a posição do nosso Partido. O que mudou foi a situação. Em 1960, como agora, a luta nas duas frentes continua: por um lado, contra o oportunismo de direita, contra o revisionismo (que os cunhalistas identifica m com o social-democratismo europeu e o titismo, nota nossa), e por outro lado, contra o dogmatismo e o sectarismo. Mas de 1960 até agora a situação mudou quanto ao perigo principal. Em 1960, os 81 partidos comunistas e operários terminaram unidos a Conferência, e o Partido Comunista da China, que já então representava a tendência dogmática, sectária e esquerdista no movimento, assinou a declaração da Conferência... Se os dirigentes do P.C. da China tivessem na sua actividade seguido a Linha Geral traçada na Declaração que subscreveram (o que fizeram, ao contrário das calúnias dos krutchevistas; o que os marxistas-leninistas não fizeram foi acatar as tentativas de impôr as teses do 20º Congresso do PCUS a todo o movimento, e pretender passá-las pela Linha Geral adoptada nas Conferências, nota nossa), nada havia a alterar acerca do perigo principal. Como podemos, porém, considerar imodificada a situação, quando hoje as maiores dificuldades que atravessa o M.C.I. (Cunhal refere-se ao bloco revisionista, nota nossa) resultam da propaganda e da acção dogmática e sectária? " E Cunhal, como sempre revisionista afoito e sem papas na língua, acrescenta: " A verdade, camaradas, é que, no fundamental, a luta contra o dogmatismo, o sectarismo e o esquerdismo é presentemente a luta contra as concepções e a acção política concreta dos diri-

gentes do Partido Comunista da China que tarás referimos é contra a sua influência no M.C.I. e no movimento nacional libertador. Esse é hoje o principal perigo..." " Mas o "perigo principal", perigo tão grande, que hoje mina a unidade do campo socialista e a unidade do MCI, é o dogmatismo, o sectarismo e o esquerdismo, cujo centro de irradiação é a direcção do P. C. da China ".

LIQUIDAR A CORRENTE COMUNISTA COM APELOS

À "UNIDADE" E À "DISCIPLINA"

Como os revisionistas não conseguiram liquidar, nem sequer isolar, a corrente comunista mundial, por meio das calúnias e diatribes, os revisionistas krutchevistas iniciaram o uso de uma nova tática. Inventaram que a corrente comunista se devia submeter à "disciplina proletária mundial", à "disciplina comunista internacional", às "maiorias" no seio do movimento.

Cunhal explica o alcance dessa medida: " Como conseguir a unidade do movimento comunista internacional? Essa unidade só pode ser assegurada pela elaboração em comum de uma Linha Geral do MCI e pelo respeito dessa Linha Geral por todos os partidos. Isto significa que a independência e a soberania dos Partidos Comunistas não exclui, antes exige a necessidade de uma disciplina obrigatória para todos os partidos ... É de desejar que se chegue sempre a unanimidade de vistas. Mas se se não chega? Nesse caso só uma solução pode garantir a unidade: que os partidos cujos pontos de vista não foram perpilhados pelo conjunto do MCI respeitem, nas questões essenciais, de interesse comum, os pontos de vista da maioria". Os revisionistas legislaram que as regras internas de centralismo-democrático se haviam de aplicar no plano mundial, liquidando assim a independência de cada Partido, sem que existisse uma Internacional Comunista! Assim pretendiam afogar as opiniões justas, a defesa do marxismo-leninismo contra o revisionismo feita pelos partidos fiéis ao comunismo que, naquela altura, estavam em minoria no seio do movimento operário internacional.

Mas, os revisionistas não acenavam só com a "disciplina". Apelavam docemente para a unidade e para a cessação das polémicas públicas. Compreende-se: urgia pôr termo à defesa do marxismo-leninismo por parte dos partidos fiéis ao comunismo, urgia que essa defesa não contaminasse as fracções revolucionárias de dezenas de partidos agora em degeneração. Então, nada mais indicado do que interditar a luta ideológica, a "polémica pública". Cunhal explica: " Pensamos que é indesejável e nociva a polémica pública, a que os camaradas chineses deram um tom exaltado, virulento, desrespeitoso, não em termos fateriais ...".

Nós aconselhamos vivamente os nossos leitores a compararem o tom "fraternal" e não "virulento" deste documento de Cunhal, com as cartas enviadas pelos camaradas chineses ao PCUS e outros documentos dos jornais do P.C. da China. Assim, poderão avaliar da ignominiosa calúnia lançada por Cunhal de que os camaradas chineses transformaram a luta ideológica de princípios numa chicana virulenta, tempestuosa, etc..

E como a "polémica pública" podia contaminar as fileiras dos partidos doentes, infectados pelo revisionismo, nada melhor que proibir o conhecimento das divergências que estalaram no seio do movimento. Essa forma de "impedir uma maior deterioração" da solidez artificial do edifício revisionista, encontrou a Cunhal na proibição aos militantes de conhecerem os documentos das divergências, condenando estes apenas ao conhecimento dos documentos emanados do CC, "Os Três Problemas da

Actualidade" e o informe aqui divulgado. Explica-se Cunhal: "Porque no debate ideológico, os camaradas chineses juntam a deformação, a ofensa, a calúnia, o insulto, a sobreposição de razões ao prestígio, à consideração calma das opiniões, cria-se um ambiente de exaltação, que em nada facilita o esclarecimento dos problemas em debate. Precisamente porque, assim, pensamos, o nosso Partido, nos sete meses decorridos, desde a reunião de Janeiro do nosso CC até hoje, não publicou nenhum documento polémico sobre a situação existente no seio do MCI".

N, entanto, essa discriminação não se referia aos documentos "não polémicos" da lavra de Cunhal e dos krutchevistas, pois como salienta Cunhal: "As posições tomadas pelos dirigentes do Partido Comunista da China (que os membros do PCP apenas conheciam pelas versões de Cunhal, nota nossa) ; nos últimos tempos, as suas violentas campanhas contra partidos irmãos, e em particular contra o PCUS, exigem uma resposta de todos os partidos irmãos fiéis à Linha Geral do MCI (isto é, à Linha do 20º Congº do PCUS, que os revisionistas querem à viva força fazer passar pela Linha aprovada nas Conferências, nota nossa). O nosso Partido não pode, nem deve ficar silencioso. Isso é exigido, tanto pelo dever de esclarecer o nosso Partido e o nosso povo, como pelos nossos deveres no MCI."

E juntamente com a ameaça de " disciplina ", os revisionistas apelavam à " unidade " entre as forças marxistas-leninistas e as forças revisionistas. E aqui o " unitarismo " reformista mostra as suas características com toda a clareza: " Apesar de toda a profundidade das divergências, apesar de que são estas que estão por detrás da polémica pública, e mantendo-se as divergências, receamos que a continuar a polémica pública contribua para criar situações mais dificilmente remediáveis. A nosso ver não existem razões válidas que justifiquem que qualquer partido se recuse a um acordo geral dos partidos comunistas e operários, no sentido da cessação da polémica pública... Por isso, pensamos que, embora não se possa de momento alcançar uma unidade ideológica (e como se poderia alguma vez se se ceçasse a dita " polémica pública"? não é através da luta ideológica que podemos ver o que nos separa e o que nos une?, nota nossa), seria muito importante que em relação a questões essenciais se alcançasse a unidade na acção de todos os partidos comunistas e operários". E Cunhal explica o que entende necessário para conseguir essa " unidade na acção": Como é necessário " encontrar a forma de impedir uma maior deterioração das relações entre partidos irmãos" seria de realizar uma Conferência " onde fossem fixadas normas relativas às relações entre partidos", e entre elas estaria a norma de " interditar a qualquer parte de fazer unilateralmente críticas públicas a partidos irmãos"...

E CONCLUINDO COM A GLOSA POÉTICA AO PCUS
KRUTCHEVISTA

E para não deixar margem para dúvida afirma Cunhal que " sem dúvida que na elaboração da actual Linha Geral do MCI, o PCUS teve um destacado papel. As resoluções do 20º e do 22º Congressos do PCUS foram saúdadas por todos os partidos irmãos como uma decisiva contribuição para a orientação do MCI. O " programa do PCUS " aprovado no 22º Congresso, porque analisa com clareza luminosa a actual situação mundial, em conformidade com os princípios das Declarações das Conferências dos partidos irmãos de 1957 e 1960; porque sintetiza, não apenas a riquíssima experiência do PCUS, mas a experiência de todo o MCI, e porque dela tira conclusões teóricas fundamentais; porque enriquece ideologicamente os partidos e lhes facilita a tarefa de definir com in

V A N G U A R D A V E R M E L H A

dependência uma linha política e tática correctas, foi justamente chamado o " Manifesto Comunista da nossa época " (é preciso não ter vergonha alguma para comparar o imortal " Manifesto do PC " de Marx e Engels com as atitudes revisionistas do 20º e do 22º Congº!)...

Restará, acaso, alguma dúvida acerca do enfeudamento das " teorias " cunhalistas ao CREDO revisionista saído do 20º e do 22º Congressos do PCUS? Haverá, acaso, por aí algum revisionista encartado capaz de negar aquilo que Cunhal e a sua camarilha escreveu e disse nesses anos de acirrada polémica no seio do movimento comunista?

.....

DE NOVO ACERCA DOS NOSSOS "UNITARISTAS"

(Iª Parte)

Nos anteriores números do nosso jornal pretendemos traçar alguns aspectos essenciais da nossa posição acerca da unidade marxista leninista para a criação do PC(M-L), bem como acerca das regras que devem presidir à constituição de plataformas de unidade revolucionária para a acção de massas, nas circunstâncias actuais. A urgência em definir estas nossas posições, encontra a sua razão de ser nos últimos apelos do chamado C.A.R.P. à realização de uma conferência inter-grupos para a fundação de um PC(M-L), bem como nas últimas alianças da chamada U.R.M.L. com os trotskystas. Estes factos colocavam a necessidade de definir claramente quais as condições que colocávamos para a realização de uma verdadeira unidade marxista-leninista no seio de um futuro PC, bem como quais as condições que colocávamos para a unidade frentista, para a unidade revolucionária no seio de frentes comuns inter-grupos para a acção de massas.

O que desde logo levantou uma grande celeuma, tanto quanto pudemos verificar, foi o facto da URML se ter aliado com o bloco dos agrupamentos de coloração trotskysta, encarnada pela LCI-PRP-CBS-LUAR. As críticas quase unânimes em relação a esta atitude da URML - se bem que só, ao que parece, a UC(M-L) tivesse criticado publicamente a política aliançista da URML - levaram-na a ter de dar a público uma pretendida " auto crítica ", a qual veio recentemente a lume na " Folha Comunista " nº22. Nós não nos escandalizámos com a política da URML, na medida em que conhecíamos a sua já antiga ausência de princípios firmes no problema da unidade, e sabíamos portanto que os frutos disso viriam, mais tarde ou mais cedo. Procurámos, então, alertar todos os nossos " unitaristas " em relação às lições que tais acontecimentos encerravam. É das críticas que lhe foram feitas que agora a URML procura escapar-se. Da " auto-crítica " ora vinda a lume, a UC(M-L) verifica que ela não é satisfatória, pois mantém as bases da política de alianças anterior intactas, o que abre caminho a amanhã a URML repetir as mesmas atitudes. Vejamos, pois, como chegámos a estas conclusões.

POLÍTICA DE UNIDADE FRENTISTA

Nós criticámos a URML por não compreender que a própria unidade revolucionária para a acção de massas, que as próprias alianças frentistas têm de estar subordinadas aos princípios do marxismo-leninismo, quer isto dizer que têm de ter em conta a doutrina científica do proletariado no campo da luta de massas. Julgar, como a

a URML que para a acção de massas unitária não é necessário para nada critérios científicos, e que o que é necessário é a maior abertura possível, é a porta aberta para atitudes do tipo da que presenciámos na unidade da URML com o bloco trotskysta.

No caso concreto dos trotskystas havíamos salientado que recusávamos a aliança com semelhante gente, na medida em que não preençíamos convencer as massas de que tais senhores são anti capitalistas e anti colonialistas, pois bem sabíamos que era abrir-lhes a porta à difusão das suas "brilhantes" ideias anti comunistas, anti-proletárias e enlameadoras do internacionalismo proletário. Na ausência de um PC(M-L) com real influência ideológica de massas, a aliança orgânica no plano das acções de massas com tal gente, só serve para lançar a confusão ideológica no seio dos trabalhadores e para permitir aos trotskystas difundir ainda mais amplamente as suas ideias perniciosas, só serve para enlamear o marxismo-leninismo, e para permitir a essa gente tirar proveitos políticos. De acordo com esta nossa posição firme de princípios está, também, a Conferência de unificação do C.A.R?P. como "Luta Comunista", e nessa medida saudamos essa justa posição.

De facto, a URML nada entendeu que o erro da sua política frentista está em aceitar a formação de blocos unitários com as organizações trotskystas para a realização de acções de massas, numa situação em que o marxismo-leninismo não têm ainda uma real influência na vanguarda, na classe e nas massas, não podendo portanto exercer uma real hegemonia política e ideológica, e não por questões de "inoportunidade" ou "não prioridade" de tais alianças!

Compreendendo daquela forma errónea a política de alianças frentistas para o momento actual, a URML mantém que "não põe de parte a correcção de uma tática" do tipo da que levou "à aliança tática realizada com o PRP, LCI, LUAR, CBS e os CICs". Declara peremptoriamente que insistirá na formação de blocos unitários de "colaboração com algumas dessas organizações face a iniciativas concretas". ASSIM, A SUA TÁTICA ERRÓNEA NÃO MUDOU UM CENTÍMETRO. A única coisa de que a URML se critica foi de ter dado prioridade à formação de tais blocos unitários com os trotskystas, em detrimento das alianças frentistas com as organizações que se reclamam do marxismo-leninismo-pensamento mao tsê tung e da reconstrução do PC(M-L). Apenas, uma questão de "prioridades" e "oportunidades"... E compreendemos porquê.

O que se passava era que a URML, cada vez mais, se isolava em relação aos restantes grupos ditos marxistas-leninistas, cada vez mais via distante a possibilidade de entrar na fundação do PC(M-L) saído de uma conferência inter-grupos. E, como por experiência prática, compreendeu a figura de bôbo que estava a ter no bloco trotskysta, resolveu à pressa remendar a sua actuação... Inventou então a questão das "prioridades". Com este remendo de actuação a URML pretende ganhar o capital político para poder mendigar a sua entrada nas iniciativas comuns das organizações que se reivindicam do marxismo-leninismo e da reconstrução do PC(M-L).

A URML pretende, também, agora criticar-se de ter feito bloco frentista com os trotskystas, sem que as posições ideológicas das variadas organizações fossem demarcadas com clareza. Ora, como poderia isso, alguma vez ser feito nas condições em que a URML preconiza as "alianças táticas"? Nas condições em que ninguém é excluído, de "contrário, seria puro sectarismo"? Nas condições em que as ideias do m-l não têm ainda a força organizada e a influência de massas para manter a sua independência e hegemonia no seio de tais "alianças táticas"?

Ou será que a URML fala-nos em "demarcações" só para nos lançar poeira aos olhos. Pois não diz a URML que faz unidade frentista sempre que haja acordo verbal em certos " pontos em comum " no campo da luta anti capitalista e anti colonialista? Será que a URML entende por " demarcação ", apenas a declaração formal de que " eu sou marxista-leninista ", " tu és trotskysta ", " não há aqui confusão possível "... Será que as " demarcações " não implicarão a severa discussão dos pontos que se dizem em comum no campo de tais lutas?

A URML separa mecânicamente a atitude de demarcação política e ideológica, da atitude de discussão dos " pontos comuns ", dos acordos no campo da luta. Assim, a URML entende que basta todos se proclamarem verbalmente de acordo em " pontos comuns " no campo da luta anti capitalista e anti colonialista, para que seja possível a unidade frentista. Quanto ao resto... é questão de uns fiarem os pés e dizerem somos " marxistas-leninistas ", e os outros gritarem somos " anti estalinistas, anti burocratas ", etc., etc..

E o que é certo é que a " demarcação " ideológica que a URML poderia ter feito na " Voz do Operário " pouco ou nenhum valor teria, na medida em que a sua linha de pensamento e de acção tem de facto imensos " pontos em comum no campo da " luta anti capitalista e anti colonialista ". A ausência de " demarcação " não foi um esquecimento ou um erro da URML na " Voz do Operário ", mas uma atitude absolutamente normal, pois não se tornava necessária! Demarcação para quê senhores da URML, ou não defendem as mesmas palavras de ordem trotskystas de " todo o poder aos operários ", " povos das colónias-operários portugueses: o mesmo combate " ?

Ou a URML faz uma auto crítica profunda e séria de todas as suas incompreensões da doutrina marxista-leninista, ou senão pode ter a certeza que aUC(M-L) não dará qualquer fé às suas auto-críticas de " oportunidade " .

(no próximo número continua o artigo
com a 2ª Parte)

NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA

Estão em fase final de discussão e redacção mais artigos àcerca do problema da unidade para a criação do Partido, mormente críticas ao C.A.R.P., críticas à Linha Política do Partido Revisionista. Dessa forma, publicaremos o mais rapidamente possível um suplemente ou outro número do " Vanguarda Vermelha " .

V A N G U A R D A V E R M E L H A